

CALÚNIA

No último dia 9 de maio, o **Jornal do Brasil** publicou editorial fazendo uma série de acusações à Greenpeace Brasil, baseada nas afirmações caluniosas do jornalista islandês Magnus Gudmundsson, também longamente entrevistado uma semana antes pela revista **Veja**. A **ABONG** enviou a seguinte carta de protesto ao **JB**:

O reconhecimento pelo **JB** de que as organizações não-governamentais (ONGs) constituem "uma forma de iniciativa social que poderia ser fundamental na defesa da cidadania" (em editorial de 09/05/94) deveria levar esse jornal a ser mais rigoroso e menos parcial ao tratar da imagem pública das ONGs.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG) lamenta que o **JB** encampe acusações contra a Greenpeace emitidas por um indivíduo já condenado pela justiça da Noruega a retirar mentiras contra esta ONG, contidas no seu documentário "Survival in the High North". Esperamos que, em sintonia com a ética jornalística, o **JB** abra espaço para a Greenpeace apresentar à opinião pública as refutações incontestáveis do amontoado de acusações caluniosas do Sr. Gudmundsson.

A **ABONG** considera suspeita a insistência do **JB** em desmoralizar a **ABIA**, já que esta entidade não pode ter a sua extraordinária folha de serviços prestados à sociedade brasileira, no campo da saúde pública e da luta contra a epidemia de Aids, anulada por um único fato: a decisão equivocada de aceitar um tipo de doação que nós já dissemos de público que não aprovamos, apesar da aceitação majoritária da população, implicitamente absolvendo a **ABIA**. A nossa associação luta pela transparência absoluta das ONGs no tocante ao seu trabalho, recursos e fontes de financiamento, e para isto publicaremos em agosto próximo um cadastro das atividades e perfil institucional de nossas associadas. Temos lutado também pela moralização da assistência social, mas infelizmente o **JB** não tem dado cobertura aos esforços que as ONGs e outras entidades da sociedade civil desenvolvem através do **CNAS** para pôr fim à "pilantrópia" no país.

Finalmente, esperamos que o **JB** avalie as implicações de contribuir, num quadro de crise do Estado, para a desmoralização de iniciativas da cidadania que atendem a interesses públicos.

É duro ser criança no Brasil. Principalmente, quando se nasce no campo. É o que revela a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proposta pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, do Ibase, sobre o mercado de trabalho no Brasil. Divulgada em março, a pesquisa surpreende em inúmeros aspectos, especialmente ao apontar os índices do imenso contingente de menores trabalhadores, sobretudo no campo, em todo o país. O Sul bate o recorde: 35,2% das crianças, entre 10 e 13 anos, trabalham na zona rural. No Nordeste, cerca de 29%; Centro-Oeste, 23,8%; Sudeste, 21,4%. Em síntese, 27,8% das crianças brasileiras que vivem no campo trabalham, enquanto esse total cai para 8,3% nas cidades.

Face à gravidade da questão, o JORNAL DA ABONG pediu a contribuição de três ONGs de diferentes pontos do país que trabalham direta ou indiretamente com menores trabalhadores, no sentido de dar a sua visão sobre o problema.

Os trabalhadores invisíveis

Não seria exagero dizer que o que ocorre na Zona da Mata de Pernambuco é um crime contra o futuro. A região concentra o maior contingente de assalariados agrícola e a maior riqueza do Estado, coabitando com um elevado grau de pobreza. O índice do GINI (Anuário estatístico do Condepe/89) revela que a maior concentração de pobreza, no patamar limite de miséria, localiza-se na mata úmida e seca de Pernambuco. Com 1.540 mil hectares, predominância da monocultura de cana-de-açúcar em mais de 81% da sua área cultivável, ocupa durante o período da safra (outubro/março) em torno de 240 mil trabalhadores no corte da cana dos quais, segundo estimativa do estudo preliminar realizado pelo Centro Josué de Castro em 1990, 60 mil (25% da mão de obra utilizada) são crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, contratados de forma

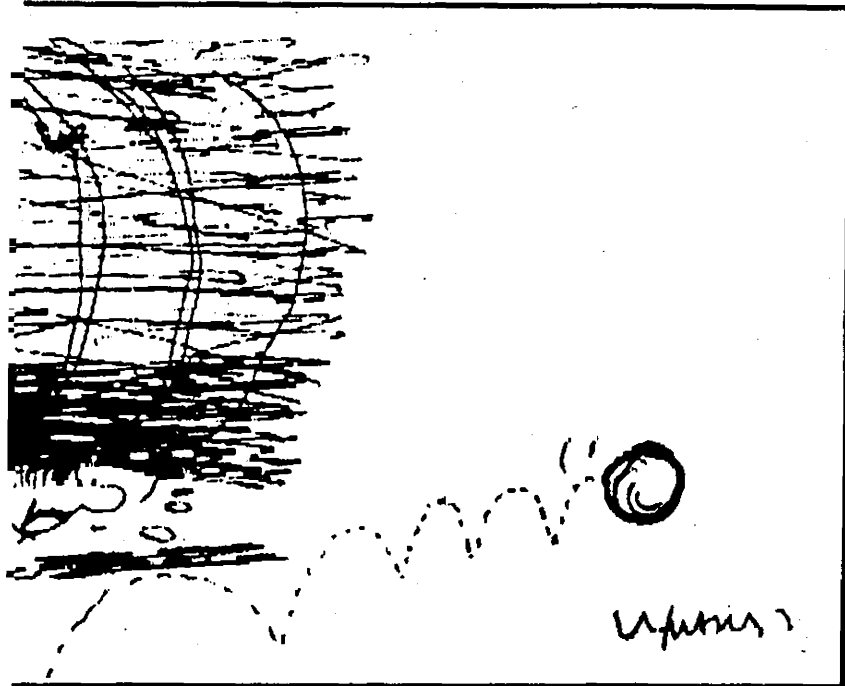
SEM TE



clandestina ou sigilosa aluguel da força de trabalho responsável, expostos a trabalho e a natureza precária da atividade do corte da cana

Cerca de 57% dessas crianças são vítimas de acidentes em consequência do uso de instrumentos inadequados, como a foice (responsável por jornadas de trabalho estatísticas de mais de 40 horas semanais e altas taxas de analfabetismo: 59% não conseguiram aprender a ler e escrever, 52% com idades entre três e cinco anos não conseguiram aprender a ler e escrever). A prevalência de analfabetismo populacional é 12 vezes maior do que em outras crianças e adolescentes da mesma idade e sexo, na região mas que não trabalham. Na verdade, repete-se

MPO PARA BRINCAR



nente embutidos no
balho do pai e/ou
ários tipos de riscos.
identes de trabalho,
das condições de
versa e perigosa da
na.

rianças já sofreram
cia de: manipulação
hos e perigosos como
87% dos acidentes);
ntes (56% trabalham
ris). Outro risco é o
sabem ler, dos quais
10 e 17 anos, que
anos na escola sem
obabilidade de risco
este contingente
maior em relação a
ntes pertencentes ao
onômico e com a
abitantes da mesma
lham na cana.

→da uma história de

exclusão dos trabalhadores rurais da região
canavieira de Pernambuco e também de todo
o Nordeste brasileiro. O vínculo histórico do
analfabetismo encontra-se nos dados que a
pesquisa oferece sobre os chefes de domicílios,
onde a média de analfabetismo é de 76%.

A história desses jovens trabalhadores é a
reprodução da história de gerações dos
canaviais. Meninos (as) ou já adolescentes - na
realidade eles têm 400 anos, a idade da cultura
da cana-de-açúcar em Pernambuco. Como
seus pais, 91% começaram a trabalhar com
idades entre sete e 13 anos. Em consequência,
a sociabilização desse expressivo contingente
populacional está seriamente comprometida,
pois lhes está sendo negada a oportunidade de
vivenciar atividades apropriadas às diversas
etapas do seu desenvolvimento na família,
escola e sociedade. A educação deficiente e
incompleta tolhe também qualquer oportu-
nidade profissional futura, tornando-os assim
adultos incapazes de exercer plenamente seus
direitos de cidadania.

Estes dados são apenas uma pequena amostra

da real dimensão da situação vivida por estes
“jovens/velhos” trabalhadores, que nem vivem
a infância, isto é, o presente; nem têm
esperanças para o que seria o futuro.

(Tereza Cristina Wanderley Corrêa de Araújo,
socióloga; Lília Maria Gondim, economista; Alvaro
A. Vieira de Melo, pediatra, responsáveis pela
pesquisa “Os trabalhadores invisíveis”, realizada
pelo Centro Josué de Castro na Zona da Mata de
Pernambuco, em 1992/93, com apoio da Save The
Children Fund)

Escravos da modernidade

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
representa um avanço considerável na
afirmação da cidadania da infância e juventude
brasileiras. Mas esse avanço restringe-se apenas
ao plano jurídico-formal. No cotidiano,
verifica-se uma sistemática resistência à
efetivação dos valores e direitos previstos na
nova legislação pelos responsáveis por sua
aplicação.

Promulgado na forma de lei nº 8069 de 13/7/
90, o ECA estabelece: “É dever da família, da
sociedade e do Estado assegurar à criança e ao
adolescente, com absoluta prioridade, o direito
à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao
lazer, à profissionalização, à cultura, à
dignidade, ao respeito, à liberdade, à
convivência familiar e comunitária, além de
colocá-los a salvo de toda forma de negligência,
discriminação, exploração, crueldade e
opressão”.

Na região de Ribeirão Preto, estado de São
Paulo, constata-se ainda a permanência de
crianças e adolescentes absorvidos nos
processos de trabalho dos complexos
agroindustriais da laranja e da cana,
desenvolvendo atividades consideradas por
especialistas em Saúde do Trabalho como
insalubres, penosas e danosas à sua formação
psíquica, biológica e social. Nesse contexto, a
FASE-Jaboticabal, em parceria com o
Movimento do Ministério Público

(Continuação no verso)

(Continuação)

Democrático, o Movimento Sindical e outros segmentos da sociedade civil da região têm desenvolvido ações de natureza política e educativa a fim de resgatar a dignidade humana e a cidadania desses jovens.

Uma das alternativas propostas é a proibição do trabalho da criança e do adolescente na colheita de cana, articulada com a discussão da utilização das verbas destinadas ao PAS (Programa de Assistência Social), provenientes da venda da cana, do açúcar e do álcool. Esses recursos devem ser empregados para o desenvolvimento efetivo de políticas de educação e a criação de frentes de trabalho na recuperação das matas ciliares, destruídas ao longo das últimas décadas, em decorrência do modelo agrário e agrícola implantado no país, particularmente nesses dois setores agroindustriais.

(Fase-Jaboticabal, São Paulo)

A enxada e a escola

Ao terem força para levantar a enxada, piás e gurias já estão aptos a ir para a roça. Isso acontece quando as crianças de ambos os sexos chegam, mais ou menos, aos dez anos. Esta é a regra nas famílias de pequenos agricultores dos estados do Sul do Brasil. De sol a sol, durante as férias escolares e num dos períodos do dia quando as escolas funcionam, as crianças acompanham os adultos nas lavouras. Esta regra é muito mais comum nas famílias ditas "de origem" - ou seja, de ascendência européia, sobretudo italianos, alemães e poloneses -, que, aliás, predominam no Sul. Mas, se chama a atenção o fato de que, desde cedo, o menor é mandado para a roça, também deve ser ressaltada a importância que é dada por essas mesmas famílias à formação escolar das crianças.

O Centro Vianeí pode ser tomado como um caso emblemático. De seus 11 profissionais com curso superior só há mais um profissional, de nível médio, o que confirma a regra - inclusive este que escreve, apenas dois não passaram (mas seus pais, sim) pela experiência de terem sido menor trabalhador na roça e estudante ao mesmo tempo.

É raro crianças, filhos de pequenos agricultores, abandonarem de todo a escola para trabalhar na enxada. Ocorre, sim, faltas às aulas em períodos de "apuro na lavoura" (capina, colheita), porque a escola não se adapta à vida real. As tarefas escolares são feitas à noite. Esta é a vida normal do menor de roça.

(Antônio Munarim,
Centro Vianeí de Educação Popular,
Santa Catarina)

NO MUNDO

PrepCon:

Diálogo difícil com Vaticano

Os resultados do terceiro e último PrepCon - realizado em Nova York, em abril passado - da Conferência sobre População que ocorrerá em setembro próximo no Cairo, Egito, antecipam que será difícil o diálogo com o Vaticano. É o que conclui Sônia Correia, pesquisadora do Ibase e Secretária Executiva da ABONG, que participou do encontro junto com outros cinco representantes de ONGs: Rosiska Darcy de Oliveira (Idac), Fátima Mello (Fase), Thais Corral (Redeh), Edmar Roland (Geledés) e Jaqueline Pitanguy (Cepia).

A delegação brasileira ao III PrepCon foi integrada pelos Embaixadores Mauro Couto e Ernesto Rubarth, a demógrafa Neyde Patarra (que participou da redação do Relatório Nacional), e também dois peritos da Associação Brasileira de Estudos

Populacionais (Abep), prof. Elza Berquó (Cebrap e Unicamp) e o prof. Donald Sawyer (UnB e Instituto População, Sociedade e Natureza). Também estava presente um representante da Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar (ABEPF), que acompanhou os trabalhos durante alguns dias. O deputado Pedro Correia (PFL-PE), da Comissão de Seguridade Social, esteve em Nova York apenas um dia.

ONGs latino-americanas buscam articulação

No último trimestre de 1994, será realizado em La Paz, Bolívia, um encontro de representantes de todas as associações nacionais de ONGs da América Latina e Caribe, com o objetivo de fazer um balanço e trocar experiências, bem como traçar perspectivas comuns. A decisão foi tomada no recente encontro organi-

zado pela Associação Chilena de Organizações Não-Governamentais, em Santiago, com a presença de membros de associações nacionais de ONGs da Bolívia, Chile, Peru, Uruguai, Argentina, México e Brasil (Jorge Eduardo Durão, presidente da ABONG).

O encontro, que se encerrou a 22 de abril, considerou fundamental uma maior aproximação entre as várias entidades latino-americanas, em função dos inúmeros desafios comuns que estas enfrentam, com destaque para: a agenda social da região (pobreza, integração social e democracia); os novos termos da cooperação internacional; e o novo papel das ONGs à luz dessas mudanças.

Quem estiver interessado em participar do evento deve comunicar-se com Leonor Arauco do Departamento de Relacionamiento y Gestión de UNITAS, Calle Abdón Saavedra N° 2323, La Paz - Bolívia. Tel: 353048 e 370614, Fax: 391365.

Caravana anti-nuclear

Com a Caravana Anti-Nuclear, que se encerrou no último dia 18 de maio em Brasília, a Greenpeace completou um ciclo de seis meses de atividades que visam o fechamento das usinas nucleares de Angra I e II, e a supressão do Acordo Brasil-Alemanha, firmado durante o Governo do General Ernesto Geisel (1974-79), para a construção daquelas usinas. A Greenpeace colheu mais de 200 mil assinaturas em todo o mundo contra o Acordo. Também realizou uma barqueata em Angra dos Reis a 23 de abril e, finalmente, um show no Rio de Janeiro, três dias depois, que assinalou a partida da caravana. Em um ônibus pintado com as cores da Greenpeace, os ambientalistas percorreram inúmeras cidades brasileiras, entre as quais: Barra Mansa, Angra dos Reis, Taubaté, Campinas e São Paulo, até chegar a Brasília, onde foi encaminhada ao Presidente Itamar Franco - com a presença de representantes de ONGs, artistas, deputados e senadores - toda a documentação referente à questão.

Fome na Amazônia

Acaba de ser lançado o Relatório da I Conferência da Sociedade Civil Organizada sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Combate à Fome e à Miséria na Amazônia, realizada em junho do ano passado, em Benevides, no Pará, com a participação de 94 entidades. A conferência, organizada

• O Center of Concern, "uma organização independente, interdisciplinar, engajada na análise social, na reflexão sobre a fé e a educação pública", procura uma pesquisadora do Terceiro Mundo para trabalhar em diversos projetos da entidade. A candidata (necessariamente do sexo feminino) deve ter larga experiência de trabalho com ONGs, sobretudo na análise de questões de desenvolvimento, meio ambiente e participação popular.

End: Search Committee - Third World Research Associate: Center of Concern; 3700 13th Street, Ne: Washington, DC 20017; EUA.

INFORME ONG

pelo Fórum da Amazônia Oriental, teve como objetivo articular as diversas propostas alternativas de desenvolvimento em andamento pelos movimentos sociais da Amazônia Oriental, nas áreas rurais e urbanas. Em um rico processo de troca e sistematização, elaborou-se uma plataforma de propostas alternativas para servir como base nas atividades e conversações com órgãos governamentais e da cooperação internacional. A preocupação, segundo o Relatório, foi traçar uma perspectiva de modelo de desenvolvimento mais adequado para a região do ponto de vista social e ambiental.

Projetos estratégicos

Com o apoio da ABONG, diversas ONGs, a UFRJ, UERJ, PUC-RJ e UFF, entre outras entidades, tem lugar no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, entre os dias 23 e 27 de maio, a Conferência do Rio de Janeiro - Projetos estratégicos alternativos para o Brasil. O evento dá prosseguimento à iniciativa semelhante, realizada em novembro em Brasília, na UnB. Entre os muitos conferencistas, figuram: José Ibrahim (Força Sindical), Emerson Kapaz (PNBE), Chico de Oliveira (CEBRAP), João Paulo de Almeida Magalhães (UERJ/UFRJ) e Maria da Conceição Tavares (UNICAMP/UFRJ).

Cidadania e soberania

Reuniu-se no último dia 11 de maio, em Vitória, o VIII Fórum Nacional de Pró-

Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a presença de aproximadamente 60 pró-reitores de todo o país. O presidente da ABONG, Jorge Eduardo Saavedra Durão, integrou o painel que debateu a ação conjunta entre a Universidade e a sociedade na construção da cidadania e na afirmação da soberania nacional. Participaram também: o Secretário de Administração de Vitória representando o prefeito Hartung, o professor Roberto Lobo (ex-reitor da USP) e Alfredo Laufer (PNBE).

Mães de Acari

A Editora Relume-Dumará lançou o contundente livro do jornalista Carlos Nobre, "As mães de Acari", que relata o bárbaro crime desvendado pela "determinação doída de um grupo de mulheres". Como afirma a promotora de Justiça da 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias, Tânia Maria Salles Moreira, na apresentação, a "dór fez brotar e crescer algo não esperado pelo sistema: a consciência de cidadania, que fez as mães exigirem o esclarecimento dos fatos, a descoberta dos corpos e a punição dos culpados, revolveu também um mar de lama que explica por que tantos crimes não são esclarecidos." A promotora destaca a importância da atuação do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), colocado pelo "Destino, sábio, na vida daquelas mulheres doídas". Tânia Salles Moreira assinala finalmente que, após a publicação deste livro, "não será mais possível dizer 'eu não sabia'.

D I C A S

• Trabalhadores rurais, pescadores e povos indígenas do Brasil lançaram, em Brasília no último dia 9 de maio, um amplo movimento nacional - O Grito da Terra Brasil - para manifestar seu repúdio à situação de fome, miséria, desemprego, perdas salariais e descaso com o campo no país.

• O Centro João XXIII - IBRADES está organizando ao longo de todo este ano uma série de debates sobre a atualidade. O próximo será uma jornada

de estudos, no dia 18 de junho, às 8h30m, com o tema Reprodução humana e sexualidade: Perspectivas éticas e enfoques cristãos.

Maiores informações:

Lourdes ou Lucília, tel. (021) 286.8522

• O Informe Sidoc, do Centro Nordestino de Ação Popular (Cenap), é um informativo bibliográfico mensal que divulga textos e documentos de interesse das ONGs. Os textos podem ser adquiridos pelo correio, a preços módicos, pelos assinantes.

End: R. Henrique Dias, 105 - Boa Vista CEP 50.070-140, Recife, PE